

Violência de Estado, Políticas de Morte e Produção de Conhecimento: Sobrevoos Epistemológicos com Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Sayak Valencia**State Violence, Politics of Death and Production of Knowledge: Epistemological Overflights with Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe, and Sayak Valencia****Violencia de Estado, Políticas de Muerte y Producción de Conocimiento: Sobrevuelos Epistemológicos con Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe y Sayak Valencia**

DOI: 10.5281/zenodo.15406094

Recebido: 02 mai 2025

Aprovado: 13 mai 2025

Renan Vieira de Santana Rocha

Doutor em Saúde Coletiva (UFBA). Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Santos, SP, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-4981-2854>
renan.rocha@unifesp.br

Maria de Fátima Ferreira Queiróz

Doutora em Saúde Pública (USP). Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Santos, SP, Brasil.

fatima.queiroz@unifesp.br

Ana Rita Oliveira do Carmo

Aluna Especial em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Santos, SP, Brasil.
psicologaanarita@outlook.com

Andrea Braga Salgueiro

Aluna Especial em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Santos, SP, Brasil.
absvovo.4@gmail.com

Annie Louise Saboya Prado

Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Santos, SP, Brasil.
annie.louise13@gmail.com

Cauana Figueiredo Donat

Aluna Especial em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Santos, SP, Brasil.
cauanafdonat@gmail.com

Fernanda Florêncio de Souza

Aluna Especial em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Santos, SP, Brasil.
nandasoliman@yahoo.com.br

Joana Patrícia dos Santos Costal

Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Santos, SP, Brasil.

joana.patricia@unifesp.br

José Ferreira de Santana Netto

Mestrando em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Santos, SP, Brasil.

jose.netto@unifesp.br

Juliana da Silva Anastácio

Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Santos, SP, Brasil.

julianastacio19@gmail.com

Juliana Tamires Cunha Morgado dos Santos

Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Santos, SP, Brasil.

juliana.morgado@unifesp.br

Julie Larissa da Silva Oliveira

Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Santos, SP, Brasil.

julielarissa66@gmail.com

Luiz Rodrigo Boiko

Aluno Especial em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Santos, SP, Brasil.

luizrboiko@gmail.com

Marcella dos Santos Oliveira

Aluna Especial em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Santos, SP, Brasil.

marcella.santos@unifesp.br

RESUMO

Os estudos sobre violência de Estado e políticas de morte assumem uma relevância incontornável na colonialidade tardo-moderna, sobremaneira no contexto brasileiro, onde tais dispositivos se manifestam de forma cotidiana e estrutural. Logo, este artigo, fundamentado metodologicamente enquanto um relato de experiência docente, tem por objetivo analisar uma vivência de ensino sobre violência de Estado e políticas de morte em uma disciplina de pós-graduação *stricto sensu*. A justificativa para este estudo reside na necessidade de compartilhamento de práticas docentes no ensino superior que se amalgamam no escopo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, contribuindo para a reflexão crítica coletiva acerca de como educadoras e educadores vêm abordando essas temáticas em Universidades do Brasil. A análise se dá a partir do percurso letivo da disciplina em questão, estabelecendo diálogos epistemológicos com Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Sayak Valencia. Dessa forma, busca-se evidenciar como tais referenciais teóricos podem contribuir para o debate acadêmico e para a formação crítica de estudantes de pós-graduação nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais. Por fim, enfatiza-se a importância deste tipo de estudo para a construção coletiva de práticas pedagógicas posicionadas, em termos ético-políticos, na pós-graduação, promovendo o que consideramos um compartilhamento de boas práticas docentes na Educação Superior no Brasil.

Palavras-Chave: Violência de Estado. Políticas de Morte. Racismo de Estado. Tanatopolítica. Necropolítica. Capitalismo *Gore*.

ABSTRACT

Studies on State violence and death policies have assumed undeniable relevance in late-modern coloniality, especially in the Brazilian context, where such mechanisms manifest in everyday and structural ways. This article, methodologically framed as a teaching experience report, aims to analyze a pedagogical practice focused on State violence and death policies within a graduate-level course. The rationale for this study lies in the need to share higher education teaching practices that are grounded in the scope of the Human and Social Sciences, contributing to a collective critical reflection on how educators have been addressing these themes in Brazilian universities. The analysis is based on the academic trajectory of the course, establishing epistemological dialogues with Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe, and Sayak Valencia. The article thus seeks to highlight how these theoretical frameworks may contribute to academic debate and to the critical training of graduate students in the Humanities and Social Sciences. Lastly, the importance of this type of study is emphasized for the collective construction of ethically and politically positioned pedagogical practices in graduate education, promoting what we consider a sharing of good teaching practices in Brazilian higher education.

Keywords: State Violence. Death Policies. State Racism. Thanatopolitics. Necropolitics. *Gore* Capitalism.

RESUMEN

Los estudios sobre la violencia de Estado y las políticas de muerte han adquirido una relevancia ineludible en la colonialidad tardomoderna, especialmente en el contexto brasileño, donde dichos dispositivos se manifiestan de forma cotidiana y estructural. Este artículo, fundamentado metodológicamente como un relato de experiencia docente, tiene como objetivo analizar una vivencia pedagógica centrada en la violencia de Estado y las políticas de muerte en el marco de una asignatura de posgrado. La justificación para este estudio reside en la necesidad de compartir prácticas docentes en la educación superior que se entrelazan en el ámbito de las Ciencias Humanas y Sociales, contribuyendo a una reflexión crítica colectiva sobre cómo educadores y educadoras abordan estas temáticas en las universidades brasileñas. El análisis se realiza a partir del recorrido académico de la disciplina, estableciendo diálogos epistemológicos con Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe y Sayak Valencia. Así, se pretende evidenciar cómo estos marcos teóricos pueden contribuir al debate académico y a la formación crítica de estudiantes de posgrado en las Ciencias Humanas y Sociales. Finalmente, se destaca la importancia de este tipo de estudio para la construcción colectiva de prácticas pedagógicas posicionadas ética y políticamente en la educación de posgrado, promoviendo lo que consideramos un intercambio de buenas prácticas docentes en la Educación Superior en Brasil.

Palabras clave: Violencia de Estado. Políticas de Muerte. Racismo de Estado. Tanatopolítica. Necropolítica. Capitalismo *Gore*.

1. INTRODUÇÃO

A violência de Estado, também expressa na forma de políticas de morte, configura-se como questão de extrema relevância contemporânea, manifestando-se de forma cotidiana, intensa e estrutural, em diversas sociedades e a partir de diversas expressões (Galeano; Souza; Guareschi, 2021; Marino, 2022; Souza; Campos, 2024). Tal mecanismo engloba ações e omissões governamentais, que resultam na violação sistemática de Direitos Humanos, perpetuando ciclos de poder opressivo, marginalização e controle da vida

e da morte (Brambilla, 2020; Galeano; Souza; Guareschi, 2021; Lima Alves, 2021; Marino, 2022; Souza; Campos, 2024).

No contexto internacional, para bem exemplificar, a Faixa de Gaza destaca-se como um dos (vários) retratos emblemáticos dessa realidade. Conforme dados do Ministério da Saúde de Gaza, por exemplo, desde o início do conflito com Israel, em outubro de 2023, mais de 45.000 palestinos perderam a vida devido às ofensivas militares israelenses. Além disso, foram registrados mais de 111.000 feridos no mesmo período (Eardley; Murphy, 2025). No Brasil, não surpreendentemente, a situação é igualmente alarmante. De acordo com o Atlas da Violência 2024, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram registrados 57.956 homicídios no país em 2018, correspondendo a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes. Destes, 75,7% das vítimas eram negras, evidenciando a dimensão racializada e racista da violência letal no Brasil – perpetrada, em grande medida, pelas próprias forças policiais (Cerqueira; Bueno, 2024).

Frente a tal panorama, torna-se premente que as universidades se debrucem sobre tais questões, promovendo estudos e debates públicos que possibilitem a compreensão aprofundada dos mecanismos de violência estatal e suas implicações sociais, econômicas e políticas. A academia, enquanto espaço privilegiado de produção e disseminação de conhecimento, possui a responsabilidade de fomentar debates críticos e ético-políticos que ampliem a visibilidade de tais mecanismos, assim como visem à proposição de alternativas para a superação dessas dinâmicas opressivas – cenário este que configura a justificativa para este estudo, a qual reside na necessidade de compartilhamento de práticas docentes no ensino superior que se amalgamam no escopo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, contribuindo para a reflexão crítica coletiva acerca de como educadoras e educadores vêm abordando essas e outras questões em universidades do Brasil.

Este artigo, outrossim, fundamentado metodologicamente como um relato de experiência docente (Daltro; Faria, 2019; Faria; Daltro, 2021; Rocha, 2024), tem por objetivo apresentar e analisar uma vivência de ensino sobre violência de Estado e políticas de morte em uma disciplina de pós-graduação *stricto sensu*, junto a uma universidade pública brasileira. Cremos que este seja um debate de vital importância e que este texto possa ser um importante convite ao diálogo coletivo – aposte esta a qual, doravante, empreenderemos esforços de concretização, logo a seguir.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões em torno da violência de Estado e das políticas de morte exigem, como ponto de partida, o enfrentamento às formas históricas e contemporâneas pelas quais o poder se exerce sobre a vida, suas condições de existência e sua eliminação. Nesse sentido, Michel Foucault (2008), ao propor a noção de biopolítica, evidenciou a mutação do exercício do poder moderno, centrado não mais nas prerrogativas típicas da soberania clássica, mas em "fazer viver e deixar morrer". Trata-se, assim, de um deslocamento que inscreve a vida como objeto direto da gestão estatal, através de tecnologias de controle, normalização e otimização dos corpos e das populações.

Giorgio Agamben (2010), por sua vez, aprofundando a crítica foucaultiana, elabora a figura do homo sacer, sujeito cuja vida pode ser extermínada impunemente, pois está excluída da ordem jurídica sem estar completamente fora dela. Nessa perspectiva, a soberania revela-se, ainda presentemente, como a capacidade de decidir sobre o estado de exceção, produzindo a "vida nua" – vida desprovida de qualquer valor político. A noção de campo, como espaço onde essa decisão se concretiza, é central para a compreensão das formas contemporâneas de violência legitimada.

Avançando, Achille Mbembe (2018) tensiona ainda mais esse cenário ao propor o conceito de necropolítica, desvelando como, no mundo pós-colonial, especialmente no Sul Global, o poder se reorganiza com base na autorização para matar. O necropoder opera pela administração desigual das mortes, produzindo zonas de abandono e morte social, na absoluta maioria das vezes, racializadas. Para Mbembe, o controle dos corpos se intensifica em regimes de ocupação, onde a soberania se materializa no direito de matar – ou de expor à morte – por meio de tecnologias militares, políticas raciais e econômicas e um aparato discursivo de justificação da eliminação de vidas consideradas descartáveis.

Já Sayak Valencia (2010), em suas últimas análises, vem desenvolvendo o conceito de capitalismo *gore*, com o qual a autora procura analisar como a lógica neoliberal radicaliza a produção de subjetividades violentas em contextos periféricos. O termo "gore" designa a espetacularização da violência e a naturalização de práticas de crueldade extrema como engrenagens econômicas legítimas. A violência, nesse quadro, não é apenas tolerada: ela é capitalizada e instrumentalizada, tendo efeitos subjetivos e epistemológicos deletérios profundos sobre as formas de viver, resistir e produzir conhecimento.

Diante desse referencial sobre violência de Estado e políticas de morte, o que vemos é tornar-se cada vez mais imperativo discutir as formas contemporâneas de violência de Estado e políticas de morte - especialmente em espaços como as pós-graduações das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais. Trata-se de um campo crítico de formação que demanda engajamento ético-político com as desigualdades

estruturais e os dispositivos de poder que produzem a morte de forma sistemática e seletiva. Ao problematizar tais fenômenos em espaços acadêmicos, contribui-se para a formação de sujeitos críticos capazes de compreender, denunciar e enfrentar os mecanismos que sustentam as estruturas da morte como forma de governo - e de atuarem no sentido de seu enfrentamento também no âmbito acadêmico-científicos, como professoras/es e pesquisadoras/es do ensino superior.

3. METODOLOGIA

Segundo Daltro e Faria (2019), o relato de experiência, enquanto método de pesquisa e de escrita científica, configura-se como uma narrativa (científica) que articula vivências concretas e reflexões teórico-críticas, inserindo-se no escopo da pesquisa qualitativa. Esse gênero acadêmico assume relevância contemporânea ao valorizar, ao mesmo tempo, a subjetividade e a contextualização coletiva do conhecimento, promovendo uma análise crítica das experiências vivenciadas, sem deixar de compreender estas mesmas experiências enquanto extratos de um *movimento singular-universal*. Diferentemente de abordagens tradicionais, o relato de experiência, portanto, enfatiza a interseção entre prática e teoria, destacando a construção situada do saber e possibilitando o compartilhamento de aprendizados no campo científico, sempre compreendendo que as experiências vivenciadas por sujeitos podem ser mimeses de tempos, espaços e dramas coletivos (Daltro; Faria, 2019; Faria; Daltro, 2021).

Nesse sentido, vale destacar o que Faria e Daltro (2021) nos urgem a pensar:

Relatar é viver. Utilizando os códigos de linguagem, o Relato de Experiência (RE) se faz registro que afirma o circuito das singularidades. O narrar é o trabalho de tecer tempos em memórias distintas, [e] essa realização não para, ao tempo em que ensina e dá-se a ver uma condição dissidente, pois porta algo de errático e, ao mesmo tempo, seletivo (p. 88).

Em outras palavras, dizem-nos as autoras que, na contramão do que raramente compreendem algumas pesquisadoras e pesquisadores, o relato de experiência enreda vivências subjetivas nas tramas coletivas de determinados tempos e determinados espaços; ou seja: não são quadros personalíssimos de uma vida, mas sim ilustrações de dinâmicas sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais e ambientais que marcam e demarcam vidas coletivas. Sendo assim, a experiência é, *pari passu*, observada e narrada enquanto vivência “(...) sofisticadamente enredada aos fios do acontecimento, do tempo-lugar, da geografia, do sujeito impossível de ocupar somente a condicionada posição de observador neutro” (*ibidem*, p. 89).

Narrar a experiência é, logo, “(...) um ato de fala, uma coisa de fazer mundo, um mundo furando a lógica da morte do mundo e do seu apagamento, enquanto produzido na representação distanciadora de quem pinça a vida e a olha com desprezo e nojo” (*ibidem*, p. 94). Se assim o é, narrar a experiência, como

método de pesquisa e escrita científica, abre flancos, pontos expugnáveis sobre a vida a serem mais do que conquistados, coletivizados – e que, na radicalidade do método, nos convidam a estar, a todo o tempo, em ato vigilante de contrastar experiência subjetiva e mundo objetivo. É este contraste entre a experiência vivida e a realidade objetiva, no ato analítico-discursivo do pesquisador, que abre possibilidades para o tal *movimento singular-universal* em pesquisa, movimento este, portanto, “(...) necessário para compor e consolidar a legitimidade científica da experiência” (*ibidem*, p. 94).

No campo da educação superior, em específico, temos visto interessantes estudos, construídos como relatos de experiência, trafegarem pelas rotas que apontamos acima (Souza *et al.*, 2022; Melo *et al.*, 2024; Rocha, 2024); e estes defendem que:

Optar por um relato de experiência, desta feita, como base metodológica, significa (...) uma opção por apresentar ideias a partir do que foi vivido em experiências concretas, caracterizando-o como uma ferramenta capaz de convidar outras pessoas à reflexão acerca desta mesma experiência, quase que como se caminhássemos juntos por ela. Isso permite não só arquivar memórias, não se tornando apenas um relato escrito, mas uma narrativa do experienciado, direcionada à produção de análises críticas, ao futuro e à manutenção/qualificação/aperfeiçoamento do êxito da experiência narrada (Rocha, 2024, p. 659-660).

Logo, o presente estudo também se caracteriza enquanto relato de experiência – particularmente do tipo *relato de experiência docente*. Articulando-se ao objetivo geral já exposto, o mesmo versará sobre o desenvolvimento de uma disciplina intitulada *Violência de Estado e a Produção de Conhecimento a partir do Processo de R(Existir) dos Sujetos*, ministrada junto ao um programa de pós-graduação da grande área de Ciências Sociais Aplicadas, em uma universidade pública brasileira. Para garantir tal consecução, nos detivemos, anteriormente, em uma breve revisão narrativa do estado da arte quanto às teorias que tem pensado sobre a violência de Estado e as políticas de morte no cenário acadêmico-científico, contrastando, na sequência, esta mesma revisão com a *experiência em si*, vivida na disciplina supracitada. Derradeiramente, sintetizaremos os caminhos teóricos adotados na disciplina, evidenciando as principais leituras epistemológicas que se tem utilizado para a compreensão da violência de Estado e das políticas de morte contemporaneamente. Estas etapas, doravante, constituirão as próximas seções de nosso estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estruturação da presente disciplina se deu em dois blocos distintos: um primeiro, de bases e conceitos gerais sobre violência de Estado e políticas de morte; e um segundo, de leituras específicas, ponderando-se quatro (04) grandes correntes de pensamento sobre violência de Estado e políticas de morte - a saber: Michel Foucault e o “Racismo de Estado”; Giorgio Agamben e a “Tanatopolítica”; Achille Mbembe e a “Necropolítica”; Sayak Valencia e o “Capitalismo Gore”.

Com base nas obras *Nascimento da Biopolítica* (2008) e *Em Defesa da Sociedade* (2010), iniciamos nossos debates do primeiro bloco, caracterizando o debate sobre violência de Estado e políticas de morte. Começamos por este caminho por compreender que Michel Foucault, nestas leituras, nos oferece contribuições fundamentais para a compreensão da violência de Estado como parte integrante das tecnologias modernas de poder. No *Em Defesa da Sociedade* (2008), ao abordar o surgimento do racismo de Estado, Foucault mostra como a guerra foi internalizada no corpo social através de mecanismos que naturalizam a desigualdade e legitimam a eliminação de determinados grupos em nome da preservação da vida da população dita “normal”. A violência, nesse contexto, não é um desvio da racionalidade estatal, mas uma de suas expressões mais estratégicas, legitimada por discursos de segurança, pureza e sobrevivência.

Já em *Nascimento da Biopolítica* (2010), o autor investiga o neoliberalismo como uma racionalidade governamental que estende a lógica do mercado à vida em sua totalidade, fazendo com que a gestão da população e da vida seja atravessada por imperativos de competitividade, produtividade e eficiência. A violência de Estado, então, se atualiza sob formas aparentemente não coercitivas, mas profundamente normalizadoras e excluientes, evidenciando que a função do Estado não é apenas proteger, mas também produzir desigualdades estruturais e administrar as mortes que delas decorrem.

Contudo, e como seria de se esperar, as dinâmicas sociais não ficam presas ou estáticas frente à colonialidade tardo-moderna – e seus engendramentos e modos de gestão da vida e da morte vão se atualizando de igual forma, demandando de leituras contemporizadas que permitam compreender melhor, e de forma perenemente atualizada, como a violência de Estado e as políticas de morte vão se fazendo valer na sociedade. É precisamente este ponto que permite o nosso salto para o segundo bloco de discussões da disciplina, em que começamos a debater perspectivas teórico-críticas desde a original para a disciplina – no caso, as leituras de Michel Foucault – até aquelas que dão continuidade, por convergências e/ou divergências, às leituras do supracitado autor – no caso, as leituras de Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Sayak Valencia.

Para essas correntes de pensamento em específico, dedicaremos especial atenção a seguir.

4.1 Michel Foucault e o Racismo de Estado

O racismo de Estado é uma realidade que envolve a discriminação institucionalizada contra comunidades pobres, negras e outras minorias, estruturalmente marginalizadas, que são tornadas vítimas preferenciais do Estado ao exercer controle sobre seus corpos e vidas.

O racismo que é praticado desde o período da escravidão se estende até a atualidade através da exclusão social, encarceramento em massa da população negra, violência policial e outras formas de manifestação, sejam aparentes ou veladas. Clóvis Moura (1994, p. 130) exemplifica essa realidade, que perdura no país até os dias atuais:

O problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão do sistema colonial e teve como componente demográfico membros de diversas etnias na composição da sua estrutura sócio racial, ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo, deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e ideologia justificatória que essa estrutura de denominação.

Logo, vê-se que a exclusão social, a violência física e psíquica e todo tipo de negligência estatal são artifícios do Estado para manter o pacto da branquitude de forma velada, como pode-se verificar diariamente diante das ações estatais institucionalizadas e legitimadas em nome da “ordem” e defesa da propriedade privada, mas sob o pretexto de *defender a sociedade*.

É aqui que vemos Foucault costurar a concepção de racismo de Estado, no diálogo com as concepções de biopoder e biopolítica. Notemos: No *Em Defesa da Sociedade* (2010), o autor define biopoder como a capacidade do Estado de controlar a vida e a morte do indivíduo, exercendo poder sobre corpos individuais, ou seja, a anátomo-política do corpo e coletivos através de instituições (Foucault, 2010); logo, poder exercido sobre a vida da coletividade, da massa global, entendendo seu funcionamento, desigualdades, tal qual intervindo e manipulando comportamentos e funcionamento desta coletividade.

Segundo o autor, a biopolítica seria, então, a gestão da vida (e da morte) da população como um todo, envolvendo políticas de saúde, educação e segurança.

Antes do século XVII, o soberano utilizava seus homens para proteção, mesmo que os conduzindo ao aniquilamento, o poder era sobre a vida e a morte, é aquele cujo poder reside fundamentalmente no direito sobre a vida e a morte, poderiam inclusive aplicar castigos e punir. O direito do soberano sobre a morte dos súditos era imediato, mas no novo sentido de poder, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências

de um poder que gera a vida e a se ordenar em função dos seus reclames (Foucault, 2010, p. 148).

Mas essa mudança não gerou o fim de genocídios:

Se o genocídio é o sonho dos poderes modernos, não é pelo retorno do velho direito [do soberano] de matar, mas porque o poder está situado e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenómenos massivos da população (Foucault, 2010, p. 130).

Nas guerras, alguns morriam para proteger o soberano; mas, na era do biopoder, “a morte de uns assegura a existência de todos”.

Uma outra definição de biopoder seria “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p. 03). Não superadas as formas mais individualizadas de controle, como no poder disciplinar, regime anteriormente trabalhado por Foucault, o biopoder age mais diretamente sobre os conjuntos populacionais a fim de aperfeiçoar o funcionamento estatal.

Para Foucault (2008; 2010), o poder sempre opera a partir de algum saber, será sempre exercido mediante conhecimentos que lhe sirvam de instrumentos e como justificativas para suas ações e para assim viabilizar as práticas autoritárias. Neste sentido é um conjunto de relações de forças multilaterais que se operam nas diversas instituições como a família, a escola, na clínica, nos serviços socioassistenciais, etc. Tomando como exemplo a família, quando ela se centra em si mesma, é facilmente capturada pelo saber-poder-médico que traz respostas em formas de nomes/diagnósticos e uma “solução” muitas vezes baseada em condutas de controle, disciplinarização e medicalização. Quando isso se opera sobre um grupo populacional, o biopoder se apresenta e se mostra eficazmente perverso – como se verá, destacadamente, operar sobre a população negra (e não-branca).

Esse poder não possui um centro permanente, as forças são móveis e suscetíveis a modificação. Ao agir biopoliticamente, o poder no racismo de Estado destaca-se aqui a partir de dois grandes conjuntos de saber que deram base para essa operação: a *Psiquiatria* e a *Antropologia Criminal*, especialmente ao final do séc. XIX. O louco, o degenerado, o anormal serão os alvos dessa categorização e aplicação do controle, da sujeição política e de pretensos “cuidados”. Nessa toada, o racismo foi também direcionado para esta suposta anormalidade, sendo o grupo afetado pelo racismo também “portador de um perigo”. As distinções que aparecerão no campo da Psiquiatria, dando solo para a separação do normal e anormal, trarão elementos para avaliar até mesmo precocemente as possibilidades de se tornar um “degenerado”, dando margem para

ações pretensamente preventivas que atuem no corpo social desse grupo de pessoas sob a justificativa de proteger a sociedade (Barros, 2018).

Define-se, logo, e a partir destes conjuntos de saber, o racismo de Estado como uma “tecnologia de poder”, que permite ao Estado exercer controle sobre a população (não-branca). Um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.

O racismo de Estado é, desta forma, uma articulação legitimada pelo Estado para gerir a população; mas o foco, em verdade, está na gestão da população preta e pobre. Esta forma pungente de agir do Estado causa uma discriminação institucionalizada, legitima a violência e a exclusão social e econômica, tornando-se uma dura realidade existente e persistente. No Brasil, por exemplo, não existe oficialmente uma “ pena de morte”, porém, diariamente, podemos observar, na nossa sociedade, a partir de um coletivo com o mesmo perfil, o próprio Estado julgando, condenando e matando, seja de forma ativa ou passiva, e isso não é um tipo de pena de morte (não legalizada), mas já legitimada institucionalmente e aceita pela sociedade.

4.2 Giorgio Agamben e a Tanatopolítica

A tanatopolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, refere-se à forma como o poder político gerencia a vida e a morte de seus cidadãos; mais especificamente, como o Estado exerce controle sobre a morte de maneira sistemática e biopolítica. Este conceito é central na análise que Agamben faz das estruturas de poder na modernidade, ao entender que a política moderna não se limita apenas ao controle da vida, mas se expande para a capacidade de decidir sobre quem vive e quem morre.

A origem do conceito de tanatopolítica pode ser encontrada no desenvolvimento do conceito de *homo sacer*, uma figura central na obra de Agamben, especialmente no livro *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. O *homo sacer*, na Roma antiga, era uma pessoa que, por um ato de transgressão, estava excluída da proteção da lei: ele podia ser morto sem que sua morte fosse considerada um assassinato, mas também não poderia ser sacrificado de maneira ritual. Essa exclusão do circuito da legalidade e da moralidade é o que Agamben usa como metáfora para descrever uma nova condição política na modernidade, onde certos indivíduos são deixados à margem da proteção do direito e da dignidade humana, configurando um exemplo de “Vida Nua”. Esta noção é explorada para discutir como, nas sociedades contemporâneas, certas vidas são reduzidas a um status de mera sobrevivência, destituídos de quaisquer direitos, tornando-se, assim, um campo fértil para a exploração e a violência sem repercussões legais ou morais, revelando as sombras do poder soberano moderno. As implicações dessa dinâmica são profundas, afetando não apenas aqueles diretamente subjugados, mas também alterando a própria estrutura da sociedade civil. Isso coloca em questão a legitimidade dos estados que falham em proteger todos os seus

cidadãos igualmente, onde a vida de alguns é considerada menos valiosa que a de outros. Alguns exemplos podem incluir a segregação racial, a perseguição de grupos étnicos e religiosos e a marginalização de imigrantes e refugiados, mostrando como essas práticas são justificadas através de mecanismos legais e políticos.

Agamben dialoga profundamente com o pensamento de Michel Foucault, especialmente em relação aos conceitos de biopolítica e soberania. Foucault, em sua análise da biopolítica, descreve como os Estados modernos passaram a gerir a vida de seus cidadãos, não apenas administrando suas condições de existência (como saúde, trabalho e segurança), mas também como o poder moderno é capaz de controlar e manipular a vida através de instituições, leis e práticas sociais.

Enquanto Foucault se concentra na administração da vida, Agamben vai além, explorando o papel da morte e o conceito de exceção. A partir de Carl Smith, Agamben reflete sobre os campos de concentração afirmando que eles são o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido criado. E, neste sentido, passa a refletir sobre os mecanismos que permitiram a existência de campos de concentração. Parece central pensar que, como toda sociedade elege seus *homini sacri*, existem pequenos campos – ou lugares de suspensão jurídica – mediados por polícias eminentemente políticas, que elegem seus opositores e agem de acordo com suas convicções éticas, num prisma indistinto entre a tutela e o controle, denominado para Agamben como “Estado de Exceção”. Esse, frequentemente utilizado para justificar atos que vão desde vigilância massiva até detenções arbitrárias, demonstrando como o poder soberano pode manipular a lei para perpetuar seu próprio domínio. Essa dinâmica revela uma falha crítica na estrutura democrática, onde a segurança se torna uma justificativa para a erosão contínua dos direitos civis e humanos.

Para Foucault, a biopolítica é a forma como o poder se apropria da vida, da reprodução e da saúde, utilizando-os para organizar a sociedade e a economia. Já Agamben, inspirando-se em Foucault, amplia essa reflexão ao observar como o poder também exerce controle sobre aqueles que estão na posição de serem “deixados à margem”, como os refugiados, os prisioneiros, e, de maneira mais geral, os excluídos da esfera política. A exceção, para Agamben, é a condição que permite ao soberano decidir sobre a vida e a morte, um estado de emergência no qual as normas jurídicas e políticas podem ser suspendidas para justificar a eliminação de certos indivíduos (especialmente os não-brancos), como no caso do *homo sacer*.

Logo, o que se vê é: Agamben parte do conceito de biopolítica de Foucault e o expande; para o Estado, não basta apenas controlar a vida, mas, também, administrar a morte. A gestão da morte perpassa a criação de espaços de exclusão – estados de exceção – onde certos corpos podem ser eliminados sem causar grandes transgressões das normas sociais e do *status quo*.

A tanatopolítica de Agamben, de tal modo, pode ser observada nas dinâmicas contemporâneas do Estado brasileiro, especialmente quando se considera a violência estatal e as políticas de segurança pública que têm sido implementadas nas últimas décadas. A noção de “política da morte”, tal e qual, é um reflexo direto do conceito de tanatopolítica, pois o Estado, muitas vezes, exerce o poder de vida e morte sobre segmentos da população – particularmente nas periferias urbanas e entre as populações marginalizadas.

Para melhor ilustrar, notemos: no Brasil, as políticas de segurança pública, que envolvem o uso excessivo da força por parte das polícias militares e civis, exemplificam a lógica de tanatopolítica de Agamben. A violência contra populações negras, indígenas e pobres é um reflexo nítido de um processo de exclusão, onde certos corpos são considerados dispensáveis. As operações policiais em favelas, por exemplo, muitas vezes resultam em execuções que são vistas como parte de um “processo normal” de controle social, sem que haja uma verdadeira responsabilização dos agentes do Estado. Essa lógica de eliminação de indivíduos não só expõe a gestão da morte, mas também a configuração de um espaço onde a vida de determinados cidadãos é reduzida a uma “vida nua” – uma vida desprovida de direitos, da proteção da lei, e à mercê de uma decisão política arbitrária.

Além disso, a crescente militarização da polícia e as políticas de encarceramento em massa no Brasil, que afetam especialmente a população negra e pobre, também se alinham à análise de Agamben sobre a criação de espaços de exceção. O sistema penitenciário brasileiro funciona como uma espécie de “zona de exceção” em que a vida dos presos é vista como dispensável, e a violência é uma resposta normalizada à “ameaça” que eles representam para a ordem pública. O Estado, portanto, não só regula a vida dos cidadãos, mas decide quem deve ser excluído do convívio social e quem deve ser eliminado.

Em síntese, a tanatopolítica, conforme desenvolvida por Giorgio Agamben, fornece uma lente crítica poderosa para compreender as relações de poder contemporâneas, particularmente em contextos onde a morte se torna uma ferramenta de controle e exclusão. Ao vincular esse conceito ao Estado brasileiro, vemos como as políticas de morte estão profundamente enraizadas nas práticas de segurança pública, onde a eliminação de certos corpos marginalizados é tratada com normalidade, refletindo uma gestão da vida e da morte que visa sustentar a ordem social desigual. Esse contexto coloca em evidência a necessidade de repensar as formas de governança, direitos humanos e a luta contra as violências institucionais, fazendo com que a reflexão sobre a tanatopolítica, e outros conceitos elaborados a partir da reflexão sobre as políticas de morte, se torne cada vez mais urgente e relevante para a sociedade (e a Universidade) brasileira.

4.3 Achille Mbembe e a Necropolítica

Achille Mbembe nasceu em julho de 1957, na República dos Camarões, três anos antes da conquista da independência do território, que por séculos foi alvo da exploração constante de diversas nações europeias. Em 1960, o país se viu livre do mando franco-inglês, porém, já havia sido protetorado alemão e domínio português. Foi nesse contexto que Mbembe cresceu e firmou as raízes do que viria a pensar e produzir dentro da intelectualidade. Fez sua formação acadêmica inicialmente na França e, posteriormente, em Nova Iorque, nos EUA. Historiador, filósofo e professor universitário, atualmente configura, a partir do campo das Ciências Políticas, como um pensador fértil, polêmico e incisivo nas questões que tocam as Áfricas e os mundos (Lima, 2018).

O pensamento do autor tem influência nos estudos pós-estruturalistas, que investigam como as relações humanas e as estruturas sociais se constroem; nos estudos anticoloniais, que pretendem compreender o colonialismo e as lutas anticoloniais; e nos estudos decoloniais, que buscam diminuir ou reverter os efeitos da colonização nas sociedades. A filosofia, em sua leitura, é tomada, então, como um saber territorializado, que tem sentido geográfico, e o ponto de vista do filósofo muda significativamente o conteúdo de um pensamento (Piza, 2022), reflexão que nos faz destacar a inegável influência de pensadores africanos como Frantz Fanon e Aimé Césaire na própria trajetória de Mbembe, para além da referência de outros intelectuais europeus presentes em sua produção. O conceito de Necropolítica, cunhado pelo autor e aqui introduzido, é fruto de um cruzamento entre as ideias de Biopolítica e Racismo de Estado, de Michel Foucault, e Estado de Exceção, de Giorgio Agamben. Seus estudos também dialogam com Georges Bataille e Hannah Arendt.

Ele deixou sua pegada na pedra, ele mesmo seguiu. Este provérbio da Zâmbia, país do sul da África, é utilizado como epígrafe por Mbembe no ensaio *Necropolítica*, publicado com grande repercussão em 2003. Suze Piza, filósofa e pesquisadora, assinala:

A biopolítica, a soberania, o estado de exceção são conceitos forjados pelos filósofos que Mbembe estudou e com quem conviveu, teoricamente, mas é sua própria pegada que ele segue, desde o início, porque as teorias são trazidas pelo filósofo com uma finalidade que não coincide com sua mera apresentação. Desse modo, as teorias são meios, não fins em si mesmas (Piza, 2022, p. 133).

Logo, o conceito de necropolítica, criado por Achille Mbembe, há alguns anos é comumente utilizado em artigos, postagens eletrônicas, escritos e falas em diversos contextos produzidos e reproduzidos na sociedade. No Brasil, ganhou destaque nas redes sociais no contexto de pandemia e dos dois primeiros governos pós-golpe de 2016, sofrendo um distanciamento do seu significado e das raízes de

sus origens filosóficas. Ao passo em que sabemos a importância dessas citações e sua difusão, nos colocamos a pensar: será que não houve a banalização de tal conceito? E o que de fato é a necropolítica?

Seguir a retomada e a trajetória que Mbembe fez com os autores que analisou é garantir o não esvaziamento de um conceito de suma importância. Quando utilizamos algum escrito de forma superficial, tiramos dele toda sua força e potência, portanto, dar as devidas citações não garante toda a profundidade e complexidade que o conceito carrega – mas aponta um caminho.

Logo, caracterizemos, justamente, a necropolítica. A necropolítica é uma forma de poder de morte que reconfigura as relações entre sacrifício, resistência e terror; ou seja, é um projeto de matar ou deixar morrer; ou, ainda, de fazer viver em mundos de morte. Ela existe para isso, essa é sua estrutura, são ações articuladas ou inarticuladas que subjugam a vida ao poder da morte (Piza, 2022). A partir desse conceito, podemos compreender as críticas que o Mbembe fez em relação ao conceito de biopolítica de Foucault, já que a morte não é a centralidade deste conceito último (mas deixando claro que a biopolítica também pode matar – e mata – circunstancialmente).

Mbembe introduz o célebre ensaio com uma crítica aos conceitos de biopolítica e biopoder, propostos pelo filósofo, professor, psicólogo e escritor francês Michel Foucault. A biopolítica é o conceito que permite apreender o processo histórico a partir do qual a vida emerge como resultado das práticas de poder, regulamentação da vida; enquanto o biopoder incide no impacto do poder político sobre a vida, é o controle do domínio da vida pelo poder. O camaronês, em sua obra, trouxe uma nova perspectiva, em que exercitar a soberania em sua expressão máxima é exercer controle sobre a mortalidade; ou seja, o poder político sob a gestão do Estado se apropria da morte como objeto de gestão e produz estruturas que provocam a destruição de alguns grupos “marginalizados” – ao que, em uma leitura contemporânea, podemos citar: moradores/as da periferia, negros/as, desempregados/as, imigrantes e refugiados/as, as pessoas sem poder de compra, à margem do desenho ideal de prosperidade do capital.

Destaque-se, ainda, o lugar do debate étnico-racial em tal interim. Notemos: o racismo, comumente associado apenas à cor da pele, existe em diferentes instâncias de si mesmo, como, por exemplo, nas práticas de depreciação dos saberes e das experiências de populações africanas, afrodescendentes, indígenas e latino-americanas ou na introjeção nas pessoas que sofrem com o racismo da inferioridade do seu lugar de cultura – uma espécie do que poderíamos chamar de racismo epistemológico.

No Brasil, por sua vez, o conceito de necropolítica se configura de diversas maneiras. Um exemplo que se faz muito presente no nosso cotidiano é o extermínio da juventude negra. Segundo o *Atlas da Violência* (2024), uma média de 62 jovens são assassinados por dia no país. Os lugares de violência no

Brasil apresentam uma geografia espacial bem definida. Isso não é nenhuma novidade. Têm um público bem seletivo: pessoas pobres, moradoras da periferia, principalmente em favelas (Oliveira *et al*, 2023).

Essa violência, em uma leitura geopolítica, tem seus pilares no colonialismo e em experiências como o *apartheid*, na África do Sul, acontecimentos que geraram modelos para a morte, em uma visão mais aperfeiçoada, como nos aponta Achille, mas que também podemos ver no conceito de Foucault sobre biopolítica. Isto porque, como sabemos, a biopolítica se serve da imposição da morte em nome da defesa da vida. Ou seja, a explicação está na natureza do racismo como elemento que legitima a eliminação de uma parcela da população.

Outro ponto importante é a questão do neoliberalismo no conceito de necropolítica. O principal objetivo do neoliberalismo a partir de seu surgimento passa a ser o modo de governar. A ideia de que alguém vale mais do que os outros e quem não tem valor pode ser descartado (Seixas, 2020). Em seu ensaio *Crítica da Razão Negra*, o autor ressalta que os corpos são classificados como supérfluos e descartáveis, quando a sua capacidade de trabalho diminui ou cessa, ou ainda, ao não se constituírem mais como necessários ao modo de reprodução próprio do neoliberalismo. A necropolítica define estratégias que resultam na morte de corpos considerados inúteis ou inadaptáveis aos padrões da gestão neoliberal, que se estrutura num sistema baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer (Seixas, 2020).

4.4 Sayak Valencia e o Capitalismo Gore

Última tendência do pensamento colonial tardo-moderno com a qual dialogamos, Sayak Valencia é uma filósofa e teórica crítica feminista que nos convida a refletir sobre o Capitalismo *Gore* e como este conceito influencia e define a conjuntura mexicana, perpassado pelo tráfico de drogas e a necropolítica nas relações de poder. A autora inicia a discussão explicando o conceito de Capitalismo *Gore* como o:

[...] derramamento de sangue explícito e injustificado, a porcentagem muito elevada de vísceras e desmembramentos, frequentemente misturados com a precariedade econômica, o crime organizado, a construção binária de gênero e os usos predatórios dos corpos, tudo isso por meio da violência mais explícita como uma ferramenta de “necroempoderamento” (Valencia, 2012, p. 84, tradução nossa).

Em outras palavras, o Capitalismo *Gore* é a utilização da violência como mecanismo político, econômico e social de poder, na qual o uso exacerbado da força – por aqueles “autorizados” a esta prática – se faz útil para determinados fins interpostos em uma conjuntura, sendo a sua análise contextualizada no México, mas que abrange todo o globo, principalmente nos países periféricos. Nesta forma de pensamento, a morte é operada para além da perda da vida, sendo manuseada como um espetáculo a ser assistido e como

elemento de desumanização dos sujeitos, a partir de uma “seleção” dos corpos, do sexo e da sexualidade. O benefício do capital ao *gore* se materializa como “ferramenta de enriquecimento rápido que lhe permitirá pagar tanto por bens comerciais como por valorização social” (Valencia, 2012, p. 88, tradução nossa); ou seja, é uma prática de dominação e poder que gera mais-valia e a própria perpetuação do sistema.

Ademais, o capitalismo *gore* foi considerado como se fosse um fenômeno só dos países de “terceiro mundo” ou de industrialização tardia, entendido como algo que não existisse nos países de “primeiro mundo”, trazendo a ideia ilusória de que o uso da violência ocorre apenas por conta de uma questão isolada, a exemplo do México, que poderia haver com a condição histórica de colonização. Esta forma de pensamento traz a ideia de que o capitalismo *gore* é evento de um “feudo”, mas a autora acende a ideia de que, com o mundo globalizado, o capitalismo *gore* também ocorre nos países antigamente chamados de “primeiro mundo”, pois atinge toda a esfera do capitalismo, principalmente na contemporaneidade do capitalismo financeiro.

As reações do Terceiro Mundo diante das exigências da ordem econômica atual, conduzem à criação de uma ordem subjacente que faz da violência uma arma de produção e globalização. Desta forma, o capitalismo poderia ser entendido como uma luta intercontinental de (pós)colonialismo distópico extremo; recolonizado através dos desejos de hiperconsumo implantados pelo neoliberalismo exacerbado e obediência acrítica à ordem hegemônica masculinista para alcançar autoafirmação e empoderamento (Valencia, 2012, p. 89, tradução nossa).

Para desvendar a realidade contemporânea desse conceito novo de capitalismo *gore*, a autora volta historicamente nos anos pós-fordismo, nos quais a queda da indústria leva à busca por novas formas de operar a economia global, tais como: indústrias bioquímicas, eletrônicas e informáticas, a suporte do capitalismo. Paul Preciado, autor utilizado pela Sayak, propõe os conceitos de “práticas *gore*” e “produção *gore*” que, juntos a essa nova forma de operação da economia, será gerido, também, a política dos corpos, a ser praticada pelo Estado e pelos (des)autorizados por ele. Aos (des)autorizados, é dado o nome de “sujeitos endriagos”, que seriam pessoas que combinam fatores como: pobreza, desejo de hiperconsumo, sentimento de fracasso, frustrações exacerbadas que incitam o agir de maneira violenta e a *heroicização* estimulada pela comunicação em massa.

A principal consequência trazida pelo uso da violência é o medo como ferramenta de poder, na qual a instauração do medo é uma forma de manipular comportamentos, acabar com a capacidade de pensar criticamente, tirar a autonomia e gerar dominação. “A efetividade do medo” (Valencia, 2012, p. 95, tradução nossa) conduz para que o ente que detém o poder possa justificar qualquer ação, por mais *gore* que seja. É por conta disso que a autora cita a fala de Eduardo Medina Mora, Procurador Geral de Justiça da República

Mexicana, que relatou que o objetivo não é acabar com o narcotráfico e sim diminuir o poder de fogo – em outras palavras, “a eficácia do medo” está limitada aos poderes do Estado; é decidir que o poder de intimidar e tirar proveito disso pertence apenas ao governo. (Valencia, 2012, p. 95, tradução nossa). Sendo assim, a intermediação entre Estado e os cartéis mexicanos seria de limitar – e não os extinguir – o poder e a dominação para que apenas o Estado tenha o “aval” da violência *gore* (implantação da violência exacerbada, controle dos corpos, medidas autoritárias e de vigilância, etc.), já que este traz benefícios ao ente estatal, tais como o aumento do PIB e a própria instauração do medo, mencionados no texto.

Além disso, a autora aborda a necropolítica como mecanismo do biopoder, isto é, do governo dos corpos dos indivíduos. A necropolítica auxilia e fortalece a concepção de que existem corpos que podem ser descartados e desumanizados, trazendo a morte como um produto/mercadoria, facilitando a efetivação do capitalismo *gore*, tornando o Estado como um ente executor. Notemos:

Porque o Estado moderno funciona, parece-me, como uma espécie de máquina dessubjetivadora, isto é, como uma máquina que mistura todas as identidades clássicas e, ao mesmo tempo, como uma máquina de recodificação, especialmente legal, de identidades dissolvidas: há sempre uma ressubjetivação, uma reidentificação desses sujeitos destruídos, vazios de toda identidade (Valencia, 2012, p. 98, tradução nossa).

Outro ponto importante a ser ressaltado é a menção do narcotráfico como “una respuesta ‘racional’ a un entorno socioeconómico totalmente anómalo” (Valencia, 2012, p. 92), isto é, a visão do narcotráfico como resposta plausível à ineficiência do Estado, a partir do seu financiamento e da ação de “assumir” as responsabilidades estatais, como a criação de escolas, hospitais, a oferta de postos de trabalho – ainda que estejam fora “de los sistemas éticos y humanistas” (Valencia, 2012, p. 90), entre outros. Logo, uma sociedade, por ser brutalmente desigualitária, é também individualista, fazendo com que o crime seja uma opção de trabalho viável, visto que o trabalho já se encontra desumanizado tanto por vias empresariais quanto através do trabalho ilegal.

Estas ações evidenciam o poder social e político que o narcotráfico possui e como o Estado mexicano foi criado enquanto uma narco-nação, já que a própria lógica de desenvolvimento econômico, social e político se deu em torno dos mados e desmandos do narcotráfico no que tange a gestão do país, ou seja, o uso da violência, naturalizado e desenfreado, se torna uma ferramenta mercantil, pois a economia em si se torna também uma forma de violência.

O aumento do desprezo pelas classes subalternizadas, a ultra precarização das formas de trabalho, o descrédito que as figuras políticas vêm ganhando ao longo dos anos, a miséria aumentando e, em contrapartida, o consumismo sendo estimulado, acabam legitimando e popularizando, da mesma forma, o

uso da violência. Conforme diz Sayak: “Nos conduzem à execução de práticas sangrentas como algo previsível e legítimo dentro do desenvolvimento da sociedade hiperconsumista” (Valencia, 2012, p. 87, tradução nossa).

Estas situações acabam por favorecer a prática do enriquecimento “a qualquer custo”, mesmo que seja através do “mercado ilícito” (como é o caso do narcotráfico), e, neste ponto, a autora reflete sobre o México, mas podemos dizer que é o caso dos países latinos em geral (Colômbia, Venezuela, etc.), que tem no mercado ilícito uma forma de superar as crises do capital. Estas crises acabam por alterar as dinâmicas sociais e se reinventam de maneira cada vez mais cruel: por isso, capitalismo *gore*.

A autora entende que ações como atravessar pessoas pela fronteira de maneira ilegal, por exemplo, servem como respostas do “terceiro mundo” a esses países imperialistas que querem condenar as pessoas que moram nos países ex-colonizados a uma vida de miséria, mas ao mesmo tempo colaboram para que o Estado “ganhe” mais uma forma de financeirização e de “luta” no combate à imigração ilegal. A isto, poderíamos chamar de *comercialização dos corpos*, tanto por parte de quem organiza o tráfico ilegal de pessoas, quanto por parte do Estado que sugere regulamentações e dinheiro para o combate da imigração ilegal.

É desse medo generalizado e eficaz instaurado que o Estado se aproveita, segundo Sayak, para implantação de medidas autoritárias, violação de direitos humanos e a implantação do “estado de exceção” enquanto norma aliada a uma lógica de obsessão hiperconsumista enquanto única forma de existência do sujeito; ou seja, a partir da circunscrição de lógicas artificiais de consumo-ação nos corpos-sujeitos-territórios.

Por fim, a autora conclui o texto propondo uma reconstrução de narrativas:

Finalmente, el estado de devastación en el que se encuentra México en la actualidad, puede suponer la oportunidad de un cambio en los paradigmas de reconstrucción del tejido social, que no reproduzcan más el machismo, la misoginia, el abuso de poder, la corrupción, el anti-indigenismo, la homofobia, las políticas oligárquicas, ni el capitalismo *gore*. Una reconstrucción del tejido social que produzca narrativas sociales geopolíticamente situadas que respeten los derechos humanos y reconozcan que cualquier cambio a nivel político y estatal concierne también a la producción de subjetividad (Valencia, 2012, p. 101).

Ela recomenda que a sociedade construa um novo “tecido social”, reconhecendo que apesar da globalização, é preciso situar as condições históricas dos territórios, reconhecendo que há questões subjetivas que são alimentadas pelo Estado e pelas políticas internacionais, tais como: machismo, homofobia, racismo, corrupção, etc. Construir novas narrativas é compreender que o Estado tem participação em fomentar ou “eliminar” na sociedade esse capitalismo sangrento.

5. CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas neste artigo, articuladas enquanto um relato de experiência docente, como temos argumentado, evidenciam a potência analítico-discursiva e crítica das contribuições de Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Sayak Valencia para o aprofundamento dos estudos sobre a violência de Estado e as políticas de morte. Esses autores, a partir de distintas tradições teóricas e contextos históricos, fornecem ferramentas conceituais deveras importantes para a compreensão das rationalidades políticas (e epistemológicas) que legitimam e operacionalizam a eliminação sistemática de corpos e modos de vida considerados descartáveis, especialmente nos territórios marcados pelas heranças coloniais tardo-modernas, pelo racismo estrutural e pela gestão neoliberal da vida.

No âmbito das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, a incorporação desses referenciais em programas de pós-graduação não se restringe à dimensão teórica. Trata-se de uma tarefa ética e política, que contribui para a formação crítica de docentes, pesquisadoras e pesquisadores diante dos desafios impostos por regimes de poder que operam por meio de estados de exceção, da morte material e simbólica e da aniquilação objetiva e programática de populações historicamente vulnerabilizadas. Assim, a presença dessas abordagens nos espaços acadêmicos potencializa o enfrentamento das desigualdades estruturais e da naturalização da violência como forma de governo, desde o lócus da produção de conhecimento.

Além disso, e por fim, é mister destacar a relevância de iniciativas que promovam o compartilhamento de experiências docentes exitosas, especialmente aquelas que se desenvolvem com compromisso ético, político e epistemológico, em instituições públicas de ensino superior - como procuramos construir aqui. Ao documentar e analisar práticas pedagógicas voltadas para a crítica social e a formação intelectual emancipada, contribuímos para o fortalecimento da universidade como espaço de resistência, produção de conhecimento situado e articulação com os movimentos sociais. Nesse sentido, este trabalho pretende se somar a um esforço coletivo de valorização da docência engajada, da pesquisa comprometida e do ensino crítico em Ciências Humanas e em Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I.** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- ALMEIDA, S. L. *Necropolítica e Neoliberalismo*. **Caderno CRH**, v. 34, e021023, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>
- BARROS, J. R. *O racismo de Estado em Michel Foucault*. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 15, n. 01, p. 01-16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n1p1>
- BRAMBILLA, B. B. *Estado Patriarcal e Políticas para Mulheres: Da Luta pela Equidade de Gênero ao Caso de Polícia*. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 05, n. 13, p. 27-42. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4292706>
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Orgs.). **Atlas da Violência 2024**. Brasília: IPEA; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 10/02/2025.
- DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. *Relato de Experiência: Uma Narrativa Científica na Pós-Modernidade. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 01, p. 223-237, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015>
- EARDLEY, N.; MURPHY, M. *Como 15 meses de guerra devastaram Gaza*. BBC Verify [19/01/2025]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly99rlnr2go>. Acesso em: 10/02/2025.
- FARIA, A. A.; DALTRO, M. R. *Relatos de Experiência: Modos Curupira de Viver*. In: ROCHA, R. V. S.; TOLOY, D. S.; SAMPAIO, W. M. (Orgs.). **Psicologia, Sociedade e Desigualdade Social: Boas Práticas na Formação em Psicologia (Vol. 01)**. Salvador: Diálogos Editorial, 2021.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. *O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault*. **Rev. Subj.**, v. 16, n. 03, p. 34-44, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>
- GALEANO, G. B.; SOUZA, F. M.; GUARESCHI, N. M. F. *Violência Estatal no Brasil: Ininterrupta, Deliberada e Letal*. **Revista Polis e Psique**, v. 11, n. spe, p. 112-137, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/107685>
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org: Flavia Rios, Márcia Lima. 1^a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

LIMA ALVES, T. A. *Estudos para a Paz e Refúgio: As Violências Sofridas por Venezuelanos nos Processos de Chegada e de Integração na Sociedade Brasileira*. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 08, n. 23, p. 09-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5610298>

LIMA, F. *Bio-Necropolítica: Diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe*. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003

MARINO, L. F. *O Governo dos Indesejados: A Morte e o Cárcere como Dinâmicas de Controle Social e de Ordenamento do Território*. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 12, n. 36, p. 109-124, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7486202>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, R. H. V.; REICHERT, A. P. S.; PESSOA, T. R. R. F.; AMORIM, K. P. C. *Os Mares do SUS: Um Relato de Experiência*. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 17, n. 51, p. 224-242, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10884255>

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, C. *Biopolítica, soberania e tanatopolítica: ensaio sobre as ideias de Foucault e Agamben*. **Rev. Epos**, v. 07, n. 01, p. 05-27, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2016000100002

OLIVEIRA, R. J. P.; PASSOS, C. N. S.; SANTIAGO, E. M. *As Juventudes no Estado Democrático Brasileiro: Uma Necropolítica nas Periferias Urbanas?* **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 13, n. 31, p. 83-102, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/10566>

PIZA, S. *Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto*. **Trans/Form/Ação**, v. 45, n. spe, p. 129–148, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.08.p129>

ROCHA, R. V. S. *O Ensino de Psicologia Social na Formação em Serviço Social: Uma Experiência em Paralaxe*. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 17, n. 49, p. 654-676, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10608122>

SAMPAIO, S. S.; MENEGHETTI, G. *Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a “pandemia do extermínio” no Brasil*. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 03, p. 635–647, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p635>

SEIXAS, R. L. R. *A Necropolítica e o Neoliberalismo no Contexto da COVID-19*. **Revista Coletânea**, v. 19, n. 38, p. 243-252, 2020. Disponível em: <https://www.revistacoletanea.com.br/index.php/coletanea/article/view/224>

SOUZA, D. R.; TOYAMA, T. T.; FERREIRA, F. S. S.; MOITA, D. *A Instrução ao Sósia como Ferramenta para Transformação do Trabalho: Um Relato de Experiência.* Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 11, n. 32, p. 87-96, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6896164>

SOUZA, R. A.; CAMPOS, J. G. S. *Violência e Morte como Políticas de Estado.* Fragmentum, n. 63, p. 84-96, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/87059>

VALENCIA, S. **Capitalismo Gore.** Barcelona: Editorial Melusina, 2010.

VALENCIA, S. *Capitalismo Gore y necropolítica en México contemporáneo.* Relaciones Internacionales, n. 19, p. 83-102, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2012.19.004>.